

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR JADER CHAPLIN B. OLIVEIRA, PREGOEIRO DA EQUIPE ZETA/SUPEL/RO.

Pregão nº 134/2021

RONDONMAR CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (RONDONMAR), pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 04.596.384/0001-08, portadora da Inscrição Estadual n.º 1064991, com sede na Rua Elias Gorayeb, 2773-B, Bairro Liberdade, CEP 76803-874, Porto Velho/RO, representada, neste ato, por seu proprietário, LUCÍDIO JOSÉ CELLA brasileiro, empresário, separado judicialmente, portador do RG nº. 7652933 SSP/PR e CPF nº. 175.631.949.91, residente e domiciliado em Porto Velho/RO, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, pela razoabilidade a seguir exposta:

I – DA SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A Recorrente sagrou-se vencedora do grupo 05 (Rolim de Moura), pelo valor total de R\$ 23.874.874,80 (vinte e três milhões oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), tendo inclusive, passado na fase habilitatória do certame.

A Recorrente ainda ficou em segundo lugar para o lote 03 (Jaru), sendo posteriormente, declarada vencedora do lote pelo valor de R\$ 18.553.387,59 (dezoito milhões quinhentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) em virtude da desclassificação da empresa MINERAÇÃO BEIRA RIO EIRELI, que enviou sua Licença Ambiental de Operação emitida por órgão ambiental e o Cadastro Técnico Federal-CTF emitido pelo IBAMA vencidos, bem como, por não ter enviado Declaração solicitada no item 19.5.1 do Edital.

Após ter ofertado os melhores valores para os lotes 03 e 05, o pregoeiro passou a realizar a análise dos documentos habilitatório, tendo certificado que a Recorrente não possuía patrimônio líquido correspondente a 10% do somatório dos itens, tendo compelido a Recorrente a desistir de um dos lotes.

A Recorrente ainda tentou argumentar, mas não obteve êxito, tendo optado pelo grupo 05 e sido desclassificada grupo 03, nos termos do item 13.7, b, do edital:

b.1) NO CASO DO LICITANTE CLASSIFICADO EM MAIS DE UM ITEM/LOTE, O AFERIMENTO DO CUMPRIMENTO DA DISPOSIÇÃO ACIMA LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO A SOMA DE TODOS OS VALORES REFERENCIAIS;

b.2) caso seja constatada a INSUFICIÊNCIA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, O PREGOEIRO O CONVOCARÁ PARA QUE DECIDA SOBRE A DESISTÊNCIA DO(S) ITEM(NS)/LOTE(S) ATÉ O DEVIDO ENQUADRAMENTO A REGRA ACIMA DISPOSTA;

Não obstante, errôneo o posicionamento do pregoeiro, haja vista que em total desconformidade com a legislação pátria e com o que preleciona a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

II – DO FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS

Revela-se indevida a condição estabelecida no instrumento convocatório para a qualificação econômico-financeira das licitantes. Sob o entendimento Tribunal de Contas da União – TCU, aplicado ao caso, a aludida cláusula frustra o caráter competitivo do pregão em comento, haja vista o fato de exigir condições de qualificação econômica superiores àquelas consideradas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações pela contratada.

Em processo diversos processos, o TCU já asseverou que havendo divisibilidade do objeto da licitação (mais de um lote), os requisitos de habilitação devem ser analisados isoladamente, eis que cada lote originará um contrato distinto. Vejamos jurisprudências sobre o caso:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE FORMA CUMULATIVA. LICITAÇÃO SUSPensa CAUTELARMENTE. OITIVA DO PREGOEIRO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. DETERMINAÇÕES.

1. as exigências de habilitação no certame licitatório devem ser compatíveis com a garantia da execução do futuro contrato. NO CASO DE LICITAÇÕES CUJO OBJETO É DIVISÍVEL, AS EXIGÊNCIAS DEVEM ADEQUAR-SE A ESSA DIVISIBILIDADE.

2. NÃO CABE CONDICIONAR A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS INTERESSADAS EM MAIS DE UM LOTE À COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE FORMA CUMULATIVA. (Ata nº 12/2007 – Plenário, Data da Sessão: 28/3/2007 – Ordinária - TC 001.051/2007-1)

"O item 4.4 do Edital (...) EXIGE QUE, PARA A PARTICIPAÇÃO EM DOIS OU MAIS LOTES, A EMPRESA COMPROVE CAPACIDADES ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS REQUISITOS DOS DOIS OU MAIS LOTES DE FORMA CUMULATIVA (ISTO É, SEU CAPITAL SOCIAL DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR AO SOMATÓRIO DOS CAPITAIS SOCIAIS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA CADA LOTE E DEVERÁ COMPROVAR A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS IGUAIS OU SUPERIORES AO SOMATÓRIO DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS).

(...)

Atente-se, por fim que o art. 37, inciso XXI, 'in fine', da CF estabelece que a lei '... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômico financeiras indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações'. Assim, a qualificação técnica deve ser restrita à garantia da execução do contrato em licitação, não pode haver restrição à participação, em razão de outras licitações de que a empresa esteja participando. Da mesma forma, o art. 31, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, estabelece que, na qualificação econômico-financeira, a exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, isto é, a demonstração de capacidade econômico-financeira deve considerar o comprometimento decorrente do contrato em licitação e não o comprometimento com outros contratos que possam decorrer de outras licitações de que a empresa esteja participando.

ASSIM SENDO, NÃO PODE HAVER RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE UMA EMPRESA EM UM LOTE (OU A SUA INABILITAÇÃO) PELO SIMPLES FATO DE TER SE HABILITADO EM OUTRO LOTE, DADO QUE NÃO HOUE QUALQUER COMPROMETIMENTO DE SUA CAPACIDADE ECONÔMICO FINANCEIRA RELATIVAMENTE A OUTRO LOTE, UMA VEZ QUE TAL OUTRO LOTE REFERE-SE A OUTRO POTENCIAL CONTRATO. (Acórdão n.º 1.523/2005 - Plenário)

É injustificada a exigência aduzida pelo responsável pelo certame, de que a empresa comprove, para a participação em dois ou mais lotes, capacidade econômico-financeira com os requisitos dos dois ou mais lotes de forma cumulativa (isto é, seu patrimônio líquido deverá ser não inferior ao somatório dos patrimônios líquidos mínimos exigidos para cada lote).

Não deve a Recorrente ser impedida de apresentar proposta para um ou mais lotes sob tal argumento, devendo a empresa, para fins de habilitação, comprovar, tão-somente, o patrimônio líquido mínimo estabelecido individualmente para cada lote de que participar.

Acerca do tema, convém colacionar lapidar posicionamento do doutrinador Justen Marçal Aquino:

"Os requisitos de habilitação são apurados e cada proposta é julgada em função de cada item. (...)

Assim, por exemplo, É INVÁLIDO ESTABELECER QUE O LICITANTE DEVERÁ PREENCHER OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA O CONJUNTO GLOBAL DOS OBJETOS LICITADOS (EIS QUE O JULGAMENTO SE FAZ EM RELAÇÃO A CADA ITEM). ISSO CORRESPONDERIA A EXIGIR HABILITAÇÃO SUPERIOR AO MÍNIMO NECESSÁRIO À CONTRATAÇÃO. Afinal, se o particular poderá ser contratado para executar apenas um certo item, não é cabível dele exigir-se nada além do que a habilitação correspondente ao dito item. (...)

A LICITAÇÃO POR ITENS CORRESPONDE, RIGOROSAMENTE, A UMA PLURALIDADE DE LICITAÇÕES PROCESSADAS CONJUNTA E UNITARIAMENTE.

Assim, a qualificação econômica da Recorrente deve ser analisada isoladamente para cada lote do edital, como se cada lote fosse uma licitação e não para o somatório de lotes.

A empresa de menor patrimônio, alçada, pela divisão do objeto em lotes independentes, à condição de potencial contratada da Administração, teria mitigadas suas possibilidades de ser adjudicatária de algum dos itens caso mantido o entendimento exarado pelo pregoeiro, tendo em vista que estaria autorizada a participar apenas dos lotes para os quais comprovasse satisfazer, cumulativamente, tais requisitos.

Tolerar tal cenário seria afrontar o princípio da isonomia, basilar ao conceito de licitação, uma vez que apenas as grandes empresas poderiam formular propostas para todos os lotes, condição que concederia evidente e inconstitucional privilégio a estas em relação às licitantes de menor poder econômico.

A divisão do objeto em itens, prevista pela Lei das Licitações, visa, justamente, repisa-se, a possibilitar tal situação – uma empresa de menor porte participar da licitação de vários lotes, aumentando suas possibilidades de se sagrar vencedora e contratar com o Poder Público, materializando o propalado aumento da competitividade.

O estabelecimento de requisitos econômico-financeiros mínimos para as licitantes visa, ressalta-se, a assegurar garantias mínimas de que a contratada cumprirá as obrigações advindas da avença, e não a simplesmente limitar o acesso de particulares ao certame licitatório, como ocorreu no presente certame.

Em virtude disso, amparado pela legislação afeta à lei de licitações, bem como, pela moderna jurisprudência do TCU, pugna-se pela reforma da decisão que inabilitou a Recorrente do grupo 03, eis que se comprovou a capacidade econômica para fornecimento do objeto licitado.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Porto Velho, 16 de abril de 2021.

LUCIDIO JOSÉ CELLA
PROPRIETÁRIO

Fechar